

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LETÍCIA GABRIELA DE SOUZA E SILVA

FATORES DETERMINANTES DA FRAGILIDADE COMPETITIVA DA
ARGENTINA NO SÉCULO XXI

Uberlândia - MG

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LETÍCIA GABRIELA DE SOUZA E SILVA

FATORES DETERMINANTES DA FRAGILIDADE COMPETITIVA DA
ARGENTINA NO SÉCULO XXI

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia – UFU, para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier

Uberlândia/MG

2023

LÉTICIA GABRIELA DE SOUZA E SILVA

FATORES DETERMINANTES DA FRAGILIDADE COMPETITIVA DA
ARGENTINA NO SÉCULO XXI

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia – UFU, para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier (IERI – UFU)

Prof. Dr. Bruno Benzaquen Perosa (IERI – UFU)

Prof. Dr. Flávio Vilela Vieira (IERI – UFU)

Uberlândia, _____ / _____ /2023

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise acerca dos fluxos de comércio mundiais da Argentina, bem como as principais características de sua pauta exportadora, no período de 2010 a 2020. Para realizar o estudo, utilizando os dados obtidos no UN COMTRADE, foi calculado indicadores para verificar a existência de padrões de comércio no país, como o índice de Vantagens Comparativas Reveladas, o *Market-share* e o índice de Comércio Intra-Industrial. A análise se inicia com uma breve revisão bibliográfica das teorias de comércio internacional, para em seguida analisar a evolução dos fluxos de comércio da Argentina até o período recente. Nessa análise é considerada a relação bilateral com o Brasil, seu principal parceiro comercial, e os acordos comerciais estabelecidos entre os dois países. Os resultados dos indicadores mostram a predominância de *commodities* e produtos intensivos em recursos naturais na pauta exportadora de ambos os países e a relação de comércio intra-industrial de produtos de maior intensidade tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina; Comércio internacional; Pauta exportadora; Brasil; Relação bilateral; *Commodities*

ABSTRACT

This study aims to present an analysis of Argentina's world trade flows, as well as the main characteristics of its export agenda, from 2010 to 2020. To carry out the study, using data obtained from UN COMTRADE, indicators were calculated to verify the existence of trade patterns in the country, such as the index of Revealed Comparative Advantages, the Market-share and the index of Intra-Industrial Trade. The analysis begins with a brief bibliographic review of international trade theories, and then analyzes the evolution of trade flows from Argentina until the recent period. In this analysis, the bilateral relationship with Brazil, its main trading partner, and the trade agreements established between the two countries are considered. The results of the indicators show the predominance of commodities and products that are intensive in natural resources in the export agenda of both countries and the intra-industrial trade relationship for products of greater technological intensity.

KEY WORDS: Argentina; International trade; Export agenda; Brazil; Bilateral relationship; Commodities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Participação dos Países em CGVs em 2015

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As maiores médias de *market-share* das exportações mundiais da Argentina entre 2010 e 2020 (em %)

Tabela 2 – As maiores médias de *market-share* das exportações mundiais do Brasil entre 2010 e 2020 (em %)

Tabela 3 – Os maiores índices médios de VCR da Argentina entre 2010 e 2020 (em %)

Tabela 4 – Os maiores índices médios de VCR do Brasil entre 2010 e 2020 (em %)

Tabela 5 – ICII entre Argentina e Brasil entre 2010 e 2020

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

IPEA - Instituto de pesquisa Econômica Aplicada

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

OMC - Organização Mundial do Comércio

SITC - Classificação Padrão do Comércio Internacional

UN COMTRADE - Banco de Dados de Estatísticas do Comércio Internacional das Nações Unidas

WTOI - Indicador de Perspectivas do Comércio Mundial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. FLUXOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	12
2.1 Teorias de Comércio Internacional	12
2.2 Cadeias Globais de Valor (CGVs)	16
2.3 Globalização e abertura dos mercados: impactos atuais nos fluxos de comércio internacional	19
3. FLUXOS DE COMÉRCIO ENTRE A ARGENTINA E O MUNDO	21
3.1 Aspectos históricos	21
3.2 Fluxos comerciais Argentina e Brasil no período recente	23
4. MÉTODO DE PROCEDIMENTO	26
4.1 Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR)	26
4.2 <i>Market-share</i>	27
4.3 Índice de Comércio Intra-Industrial	27
5. ANÁLISE DE DADOS	28
5.1 <i>Market-share</i> da Argentina	28
5.2 <i>Market-share</i> do Brasil	29
5.3 Índice VCR da Argentina	30
5.4 Índice VCR do Brasil	31
5.5 Índice de Comércio Intra-Industrial	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

Os fluxos de comércio mundiais passaram por um crescimento relevante no final do século XX e início do século XXI, impulsionando o fenômeno da globalização e as relações internacionais. Esse fenômeno em escala global permite a identificação de características particulares e tendências comuns aos diferentes países. Entretanto, nos anos recentes, a atividade comercial a nível mundial vem apresentando um desempenho desacelerado. Com base no Indicador de Perspectivas do Comércio Mundial (WTOI) da Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgado em 2019, o indicador apresentou o menor resultado dos últimos nove anos, sinalizando uma desaceleração acentuada dos fluxos de comércio mundiais. (WTO, 2019)

O relatório de Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe, lançado pela Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), em 2019, analisou as causas e as consequências dessa desaceleração do comércio internacional para as economias latino-americanas. Dentre as causas relatadas destacam-se o baixo desempenho da demanda - pode-se considerar a menor demanda mundial em relação à década pré-crise financeira de 2008 -, o surgimento de barreiras comerciais; a substituição de importações em algumas economias; o declínio das cadeias globais de valor e o surgimento de novas tecnologias. (CEPAL, 2019)

Nesse cenário, observa-se que desde o período de 2007, as exportações na Argentina estiveram diminuindo, reflexo da perda de mercado que o país tem enfrentado, principalmente na América Latina, onde estão os principais parceiros comerciais. As importações também perderam volume nesse período, mas em menor quantidade, sendo que ainda estão em números superiores que as exportações, configurando um déficit na balança comercial do país. Portanto, o país tem enfrentado condições adversas para atuar no comércio internacional nos últimos anos.

Feitas essas considerações iniciais, este trabalho pretende analisar os fluxos de comércio mundiais da Argentina com os diferentes países do mundo, em que são estabelecidas relações comerciais, como foco para as relações comerciais com o Brasil, com base na análise dos dados da balança comercial e pauta exportadora do país.

Quanto aos objetivos específicos, o estudo buscará características particulares da balança comercial do país para identificar a qualidade da inserção da Argentina no comércio internacional, sendo que, para isso, será objeto de análise a pauta exportadora e importadora do país, especificando os principais produtos exportados e importados, o volume desses fluxos e os países que mais estabelecem relações comerciais com a Argentina, mediante uma

comparação da evolução dos dados referentes à balança comercial da Argentina e o reflexo disso em seus indicadores econômicos. O sentido dessa análise é de conferir se de fato há fragilidade competitiva nas relações comerciais com outros países e quais seriam as causas desta fragilidade. O estudo pretende também, a partir dos resultados obtidos na análise dos índices de vantagens comparativas, de *market-share* e de comércio intra-industrial, identificar potenciais relações comerciais que a Argentina pode estabelecer com outros países, considerando determinados produtos

Conforme o alcance desses objetivos, pretende-se responder o problema referente à fragilidade competitiva do fluxo de comércio da Argentina com outros países e se houve mudanças nos últimos anos, comparando com outras nações. Além disso, será investigado quais foram os impactos econômicos e sociais dessas mudanças e quais foram as suas causas.

Para explorar esse problema, serão consideradas duas questões. Primeiro, os motivos que justificam a baixa diversificação produtiva da Argentina, podendo ser fatores históricos e políticos. Em segundo, o estudo focará na composição balança comercial do país, identificando os produtos que predominam nas exportações e nas importações, e qual é a relação desses produtos com o fato da Argentina ser tão dependente do mercado internacional.

Parte-se da hipótese que será negada ou confirmada neste estudo que a Argentina tem sentido os efeitos globais da crise internacional e que o fluxo de comércio tem apresentado uma redução significativa com relação a outras nações, a exemplo do que ocorreu com o Brasil e a Argentina no período de 2010-2020, período este marcado por acentuada queda do fluxo de transações comerciais, devido a retração dos investimentos e acordos comerciais no âmbito do Mercosul. (IPEA, 2021)

Além disso, as exportações argentinas são compostas predominantemente por produtos primários e *commodities* agrícolas, como milho, soja e seus derivados, como óleo de soja e resíduos da extração. As importações são principalmente de automóveis, partes de veículos para a produção, aparelhos elétricos para telefonia, gás, petróleo e seus derivados. Essa configuração mostra a baixa diversificação produtiva da Argentina, concentrando as vendas em produtos primários enquanto a indústria enfraquece. Isso é uma das causas da fragilidade do país no fluxo de exportações para o comércio exterior.

Outra hipótese é que a economia do país nos últimos anos enfrentou diversas crises, desencadeadas por crescentes déficits e dívidas, resultando em recessão econômica e menor atratividade para investimentos externos. O cenário político passou por diversas instabilidades, com governos de diferentes ideologias políticas, trazendo oscilações nas leis tributárias, regras fiscais e monetárias.

A escolha do tema se justifica por sua contribuição social e científica, uma vez que se trata de uma temática pouco explorada no meio acadêmico. Portanto, o resultado desse trabalho pode se tornar fonte de informações e base de estudos que serão realizados com uma abordagem semelhante, além de permitir que haja reflexões mais atualizadas, especialmente em um período de crise econômica internacional que já se estabelece há algum tempo e que foi potencializada pela pandemia do Covid-19 a partir do final de 2019, o qual trouxe implicações sociais e econômicas negativas para todas as nações, embora este não seja o foco da presente pesquisa. Por outro lado, é preciso compreender como funciona o fluxo de comércio internacional da Argentina, um país próximo ao Brasil, que possui relações comerciais com este e que integram, conjuntamente com outras nações da América Latina (Uruguai, Venezuela e Paraguai) o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).¹

Os procedimentos metodológicos foram descritos em capítulo próprio, tendo em vista os métodos e técnicas que foram utilizados para o levantamento dos dados e análise das informações.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O segundo capítulo, intitulado “Fluxos de Comércio Internacional”, traz algumas informações sobre as teorias mais relevantes do comércio e sobre as cadeias globais de valor, para que o leitor possa compreender como funciona o fluxo de comércio internacional, inclusive no que diz respeito as vantagens e desvantagens deste sistema e a influência do processo de globalização e da maior abertura dos mercados nas relações comerciais entre os países. O terceiro capítulo analisa especificamente a balança comercial da Argentina, com foco nos fluxos de comércio com a economia brasileira, já que ambos os países possuem relações comerciais estratégicas, sendo necessário levantar informações sobre os acontecimentos nestes fluxos durante o período analisado. Por fim, o quarto e o quinto capítulos apresentam, respectivamente, o método de procedimento adotado na pesquisa, com foco para o índice de vantagens comparativas reveladas, *market-share* e índice de comércio intra-industrial, e a análise obtida a partir desses indicadores.

¹ O Mercosul foi criado em 1991, por meio do Tratado de Assunção. Os países aqui citados são os Estados Membros do Bloco, sendo que a Bolívia está em processo de adesão. Os demais países da América Latina são estados associados do Bloco.

2. FLUXOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 Teorias De Comércio Internacional

O estudo do comércio internacional implica a análise de diferentes teorias, sendo a principal base teórica dessa área o Princípio das Vantagens Comparativas de David Ricardo, que supõe que o livre comércio é benéfico para os países que, quando estes se especializam na produção de bens em que são comparativamente mais eficientes em termos de custos relativos, obtém vantagem em relação aos outros, uma vez que a razão de troca entre mercadorias é proporcional ao tempo de trabalho gasto em sua produção.

No modelo ricardiano de comércio internacional, um desequilíbrio na balança comercial de um país estaria relacionado à mudança nas pautas de exportação/importação decorrente de avanços tecnológicos, capazes de alterar os preços relativos e conseqüentemente, modificar as vantagens comparativas. Com base nos novos preços relativos, os países descobririam as vantagens de trocar produtos, iniciando novamente o processo de especialização produtiva e intercâmbio comercial.

É fato que os avanços tecnológicos podem impactar diretamente o comércio internacional e a humanidade vivencia uma revolução sem precedentes na tecnologia, com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A sociedade atual está definitivamente envolvida na era da informação e isso é um dos fatores que caracteriza o nível de desenvolvimento de uma determinada nação, já que é aliada do desenvolvimento (PEREIRA, SILVA, 2020). Portanto, quanto maior for o nível tecnológico de um país, maiores as possibilidades de geração de riqueza e desenvolvimento econômico.

As mudanças ocorridas nos processos de desenvolvimento - e suas conseqüências na democracia e cidadania – concorrem para uma sociedade caracterizada pela crescente influência dos recursos tecnológicos e pelo avanço exponencial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com impacto nas relações sociais, empresariais e nas instituições. As TICs podem ser consideradas um dos fatores mais importantes para as profundas mudanças no mundo e, com a dinâmica da inovação, tornam-se imprescindíveis para a economia global e seu desenvolvimento² (PEREIRA, SILVA, 2020, p.151).

² O desenvolvimento dessas tecnologias, especialmente pelas nações mais desenvolvidas, começou a ter uma nova dinâmica a partir da década de 1980. Desde então, a evolução é contínua e tem beneficiado os países mais ricos, que exportam essas tecnologias, enquanto os mais pobres ficam a margem do processo, por concentrarem as suas exportações em produtos primários. Essa tem sido a lógica do comércio internacional.

Sendo assim, o desenvolvimento econômico de um país pode afetar diretamente a sua pauta exportadora, estabelecendo diferentes padrões de exportações e importações no comércio internacional. Países em desenvolvimento são, em sua maioria, exportadores de produtos primários, advindos da exploração de recursos naturais, do agronegócio e da mineração. Por outro lado, os países desenvolvidos detêm maior produção de conhecimentos e produtos intensivos em tecnologia. Entretanto, o volume das exportações de produtos manufaturados e intensivos em tecnologia também é crescente em países em desenvolvimento, devido à transferência de recursos para a produção nesses países, dentre outros fatores. Mas, apesar disso, há diferenças características na balança comercial de cada país.

Nesse sentido, surge a discussão no âmbito da comunidade científica que o comércio internacional deteriore os termos de troca, com base na tese de Raul Prebisch e Hans Singer (1950), que dá ênfase na necessidade de diversificação da pauta exportadora, priorizando produtos de maior valor agregado. Segundo essa corrente, as economias periféricas, historicamente, sempre exportaram produtos predominantemente agrícolas e importam bens industrializados. Isso resulta na deterioração dos termos de troca dos países periféricos.

Neste contexto, o Brasil pode ser considerado como exemplo de país que, por décadas consecutivas, desde a época colonial, teve na base de suas exportações, pouco diversificada, produtos primários. Com os investimentos realizados para o desenvolvimento da indústria pesada e com o processo gradativo de substituição de importações, o país conseguiu diversificar sua pauta de exportações, sendo considerado, atualmente, como um país emergente, e um dos grandes líderes no agronegócio.

Na verdade, mesmo com mudanças na conjuntura econômica ao longo dos anos e que de certa forma beneficiaram os países em desenvolvimento, percebe-se que os países do centro têm vantagens comparativas em relação às nações menos desenvolvidas, já que incorpora progresso técnico nos bens industrializados resultando no aumento dos preços desses bens, mesmo com a redução de custos de produção e aumento de produtividade. Para os países ditos periféricos, os preços de seus produtos não têm o mesmo valor agregado dos países centrais (PREBISCH, 1949).

Essas diferenças no comércio internacional começaram a se tornar mais evidentes nas fases de expansão e recessão econômica. A história mostra que, nos períodos de expansão do ciclo econômico, os empresários buscavam aumentar seus lucros, mediante o preço dos produtos, ao mesmo tempo em que sofriam uma pressão de aumento dos salários, considerando uma situação de pleno emprego da economia. Em uma situação de recessão econômica, os preços seriam ainda mais desfavoráveis para a periferia, pois a demanda por produtos agrícolas

seria menor, bem como seus preços, enquanto os bens industrializados manteriam seus preços em alta. Portanto, a periferia importaria bens industrializados a preços ainda mais altos do que receberam pela exportação de seus produtos agrícolas. (RODRIGUES; JURGENFELD, 2020).

No cenário descrito acima, os países periféricos, de um modo geral, puderam aumentar a aquisição de bens industrializados menos intensamente do que o aumento da produtividade nos países centrais e essas diferenças históricas ainda estão presentes na era contemporânea, como é o caso do país estudado, ou seja, da Argentina.

Com todos esses acontecimentos, os debates sobre o comércio internacional ganharam visibilidade nas últimas décadas e levaram ao aprimoramento das diferentes teorias. Em razão de sua importância para o presente trabalho, os parágrafos que se seguem apresentam as teorias principais sobre essa questão.

Elaborada em 1970, a teoria de Heckscher-Ohlin se tornou um referencial no estudo de economia internacional no que se refere a caracterização de padrões de comércio exterior, apesar de ser contestada por diversos trabalhos. No modelo Heckscher-Ohlin, as vantagens comparativas dos países são definidas pela diferença entre os fatores de produção e a intensidade em que eles são empregados na produção de bens, considerando apenas dois fatores: o capital e o trabalho. Nesse sentido, um país que possui abundância relativa em determinado fator, obtém vantagens ao produzir e exportar um bem que for intensivo nesse fator, e assim produzir com redução dos custos, dos preços e maior competitividade (MACHADO, 1995). Para exemplificar, um país que possui o fator trabalho relativamente abundante, terá um custo relativamente mais baixo ao produzir um bem intensivo em trabalho, obtendo uma vantagem comparativa em sua produção.

Para Krugman e Obstfeld, referenciado no estudo de Coutinho et al., (2005), as vantagens comparativas são definidas pela abundância relativa dos fatores de produção e pela intensidade relativa do uso desses diferentes fatores na produção de diferentes bens. Dentre as diversas contribuições desses autores para o estudo do comércio internacional, eles apresentaram os principais fatores que tornam a teoria de Heckscher-Ohlin insuficiente para explicar os atuais fluxos de comércio mundiais. As questões se referem às proporções semelhantes de fatores na produção de diferentes bens, aos fluxos de comércio entre países industrializados com abundância de fatores semelhantes e ao modelo de empresa multinacional, que promove a importação e a exportação entre suas filiais, confrontando as explicações tradicionais sobre os padrões do comércio (COUTINHO *et al.*, 2005).

Paul Krugman, por sua vez, deu sua parcela de contribuição para um melhor entendimento das vantagens comparativas, ao introduzir no debate da economia internacional

o impacto das economias de escala, da concorrência imperfeita e da diferenciação de produtos no comércio entre países. Em sua visão, algumas firmas podem obter ganhos de escala devido ao poder de monopólio exercido, e esses ganhos se devem mais aos retornos crescentes de escala do que às vantagens apontadas pelas teorias clássicas anteriores. Ainda sobre as contribuições de Krugman, o economista determina dois tipos de padrão de comércio: o interindustrial, quando os ganhos estão relacionados ao menor custo dos fatores de produção em função de sua abundância; e o padrão intra-industrial, em que os ganhos advêm da escala gerada com o poder do monopólio, isto é, o controle dos preços (FERREIRA *et al.*, 2020, *apud* KRUGMAN, 1981).

Em síntese, a teoria clássica sobre o comércio internacional tem como enfoque o princípio das vantagens comparativas, baseado na dotação relativa de fatores, enquanto a literatura recente se dedica ao estudo de outros atributos, como a inovação, eficiência produtiva e difusão tecnológica (GUIMARÃES, 1997). Essa nova abordagem é representada pelas contribuições de Porter, entre outros autores, que analisa as vantagens competitivas dos países com base em características relacionadas a diferenciação de produtos, diversidade tecnológicas, economias de escala, entre outras, diferentemente da teoria predominante anteriormente. Porter considera a produtividade do capital e do trabalho como o principal fator determinante da competitividade de uma empresa ou país, e este fator depende das características do bem produzido e da eficiência produtiva.

O atributo da inovação, apesar de ser preponderante na literatura recente sobre o comércio internacional, está presente no debate desde as publicações de Schumpeter em 1911, se apresentando como elemento fundamental na dinâmica do capitalismo. O processo denominado pelo autor de “destruição criadora” transforma a estrutura econômica ao substituir elementos antigos por novos e determinando novos padrões de qualidade e níveis de produção. Dessa forma, surge uma vantagem competitiva para a firma que, para Schumpeter, é temporária, até que as demais firmas incorporem as inovações ao próprio processo produtivo (COUTINHO *et al.*, 2005).

Com base nas considerações feitas, pode-se compreender que o desenvolvimento econômico de uma nação está diretamente relacionado com o seu poder de competição no comércio internacional e nas vantagens comparativas que detém em relação a outras economias. Como o processo tecnológico está em evidência e traz resultados significativos para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos e qualidade de vida da população, as nações mais desenvolvidas e que se destacam no comércio internacional são as que investem intensivamente em inovação tecnológica.

2.2 Cadeias Globais De Valor (CGVs)

Por meio dos Investimentos Diretos Externos (IDE) e da transferência internacional de tecnologia, o comércio global foi se estabelecendo em novos formatos, caracterizados pela fragmentação internacional da produção, isto é, a divisão de um processo produtivo em diferentes etapas alocadas em diferentes países, e pelo *outsourcing*, processo de terceirização de serviços, infraestrutura, insumos, entre outros, feito por uma empresa em outros países, visando maior produtividade. Essa nova configuração no comércio internacional formam as Cadeias Globais de Valor (CGVs) e tem sido adotada especialmente por países em desenvolvimento, como estratégia de maior integração nos fluxos comerciais e melhora no desempenho econômico.

As CGVs são formadas por conjuntos de processos pertencentes ao ciclo produtivo de um bem, em todas as suas diferentes etapas. Dessa forma, as Cadeias Globais de Valor refletem na pauta exportadora e importadora de um país, devido a importação de insumos e produtos intermediários, e a exportação de manufaturados com valor agregado por fatores de produção estrangeiros.

As atividades das CGVs são vantajosas para o desenvolvimento econômico dos países pois permite o acesso aos mercados globais e a transferência de conhecimento, tecnologia e investimentos de empresas de países desenvolvidos para empresas de países em desenvolvimento, criando oportunidades de melhora na capacidade produtiva, economias de escala e alcance de novos mercados. Além disso, países em desenvolvimento oferecem vantagens para a inserção de CVGs em suas economias devido aos custos de mão de obra, flexibilidade de regulamentações, tarifas de importação menores, dentre outras (ZHANG; SCHIMANSKI, 2014).

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2020, do Banco Mundial, as Cadeias Globais de Valor se expandiram significativamente entre os países entre os anos 1990 e 2007, estagnando em seguida após a crise financeira mundial de 2008.³ Os avanços tecnológicos e a redução das barreiras comerciais favoreceram a fragmentação da produção entre empresas de diferentes países, e conseqüentemente houve um aumento da produtividade

³ A crise financeira de 2008 atingiu diversas nações e embora não tenha impactado diretamente o Brasil, trouxe efeitos drásticos para o mundo globalizado, tendo como epicentro a crise financeira nos Estados Unidos e na Europa. Os Estados Unidos foi o país mais atingido com a crise que ficou conhecida como bolha imobiliária, em que a supervalorização dos imóveis não foi acompanhada pelo poder aquisitivo dos cidadãos americanos, resultando em inadimplência, aumento da inflação e do desemprego. Como este país é referência mundial para outros, inclusive no que diz respeito aos empréstimos, a desconfiança se instalou, propagando a crise para outras nações.

commodities limitadas e manufatura simples. Já as nações de economias mais maduras (avançadas) concentram a sua pauta de exportações em atividades inovadoras, que são aquelas que garantem mais vantagens competitivas em detrimento de outros países que não tem o mesmo poder de competição, por não investirem em inovação.

Esse é o cenário atual da economia global que se explica também por fatores históricos de desenvolvimento econômico e pela possibilidade das nações em buscarem a diferenciação e inovação tecnológica no mercado internacional. Algo que começou a ser discutido por Schumpeter⁴ no início do século XX e que foi intensificado com as correntes de teorias desenvolvidas por pesquisadores que sucederam este ao longo do tempo (teoria neoclássica segmentada na teoria exógena e endógena e a teoria evolucionária). Todas elas de um modo ou de outro, buscam explicar a importância da inovação tecnológica no crescimento econômico das nações que, além disso, são propulsoras de mudanças mundiais, “sendo o principal motor do desenvolvimento das nações, de tal forma que a busca por diferenciais que tornem a empresa um bem raro no mercado, oferecendo produtos e serviços que apenas ela possua e saiba fazer” (VARELLA, *et al.*, 2012, p.02).

Isso explica porque a Inglaterra, no século XVIII, saiu a frente na Revolução Industrial, ao criar máquinas para a produção em larga escala e porque assumiu tanto tempo a liderança no mundo, que depois foi ocupada pelos Estados Unidos da América. Todas essas nações trouxeram inovações para a humanidade e por isso se destacam no Mapa da Participação dos Países em CGVs (Figura 1).

É relevante mencionar que durante todo o século XX tem sido observado um aumento da produtividade da indústria nos países desenvolvidos, como resultado do progresso técnico e isso, por sua vez, estimulou a demanda por produtos primários dos países da periferia econômica, sendo que este foi um fator importante no crescimento da América Latina. Em contrapartida, a relação de preços da indústria e da produção primária desfavoreceu os produtores primários, que puderam aumentar suas aquisições de produtos finais, mas em menor proporção que o aumento da produtividade de suas economias. Isso explica porque nações como o Brasil e, sobretudo e especialmente a Argentina, ainda não conseguiu ocupar uma melhor posição na pauta de importações e exportações. Na verdade, a fragilidade econômica dos países periféricos é histórica e somente será revertida, conforme as teorias vigentes, através de um salto na inovação.

⁴ Na teoria Schumpeteriana, a única maneira de se destacar no cenário competitivo global é através da inovação, seja de um produto, serviço etc, que outros países não tenham. Com isso é possível alcançar grandes saltos de crescimento, possibilitando a diferenciação frente às demais nações.

2.3 Globalização e abertura dos mercados: impactos atuais nos fluxos de comércio internacional

Para compreender o nível atual de evolução econômica e das vantagens comparativas de uma nação para outra é preciso fazer uma breve discussão sobre as mudanças que ocorreram na economia capitalista mundial com o processo de globalização e abertura dos mercados.

A globalização consiste em um processo econômico, social, cultural e político entre todos os países do mundo que tem por objetivo promover uma maior integração entre as economias, eliminando as barreiras de transporte e comunicação, bem como da informação. Esse processo começou a surgir em 1970 nas economias desenvolvidas e rapidamente se alastrou pelo mundo.

De acordo com as observações de Mirandola (2010), a globalização financeira se baseia nos diversos processos heterogêneos de cooperação internacional, na formação de blocos econômicos e também na criação de uma diversidade de estrutura internacionais, com mudanças na política (adoção da política neoliberal),⁵ bem como na economia, na cultura e na informação. Também é um processo que caminha junto com a maior abertura dos mercados, para facilitar o fluxo do comércio internacional.

Tendo como exemplo o Brasil, no país a abertura comercial passou a ser mais intensa em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello. Na época isso deixou evidente a fragilidade da indústria nacional e a existência de uma proteção excessiva nas importações e exportações. O cenário era o seguinte:

Até fins da década de 1980, a industrialização brasileira, baseada no processo de substituição de importações, e as recorrentes crises cambiais geraram uma política de importações que permitia apenas a entrada no país de bens sem similar nacional ou bens necessários para suprir um eventual excesso de demanda. Essa política apoiava-se em tarifas aduaneiras elevadas, controles discricionários, como, por exemplo, lista de produtos proibidos, limite máximo anual de compras externas por empresa, entre outros, e regimes especiais de tributação pelos quais parcela substancial das importações era favorecida com redução ou isenção da tarifa. Essas políticas viabilizaram um parque industrial relativamente amplo e diversificado, mas acomodado ao protecionismo exagerado e, portanto, incompatível com o propósito de integração competitiva da indústria brasileira no comércio internacional. (KUME *et al.*, 2010, p.16).

Deste período em diante, foram realizadas várias mudanças na economia e na política brasileira, não cabendo aqui fazer comentários detalhados sobre isso, mas pode-se dizer que o Brasil deu início a uma série de mudanças (privatizações, concentração de empresas) inclusive

⁵ A política neoliberal significa um retorno aos princípios defendidos por Adam Smith, no que diz respeito a menor intervenção possível do Estado na economia, regulada pela “mão invisível do mercado”. Retoma-se, assim, as ideias liberais do século XVIII e XIX, com foco para a atuação mínima do Estado na economia.

com a adoção dos princípios da economia neoliberal e com a incorporação de tecnologia nos mais variados segmentos da sociedade, até porque a globalização e abertura dos mercados estão associados a inovação tecnológica e ao processo de internacionalização das empresas, que pode ser descrito da seguinte forma:

Internacionalização - processo no qual a empresa comercializa os seus produtos ou serviços fora do seu mercado local ou de origem, funcionando assim como um mercado interno transnacional. Pode efectuar-se através de variados modos operativos como IDE, Licenciamento, exportação ou Joint venture.

Globalização - empresas transnacionais procuram desenvolver as suas actividades em locais externos em que os custos são mais reduzidos, para poderem ser competitivas no mercado global. (JACQUINET, 2019, p. 05).

Portanto, sabe-se que a globalização e a abertura dos mercados afetam os fluxos de comércio internacional, bem como a balança comercial de todas as nações. Nem todos os países conseguem obter vantagens com isso, já que são as economias mais desenvolvidas que lucram com o processo, pois possuem maior capacidade de inovação tecnológica, de adaptação e também de poder econômico para se beneficiarem com vantagens competitivas sobre outras nações. Isto é, a globalização e a abertura dos mercados são sinônimos de aumento da competição e fazem com que fique mais evidente a fragilidade econômica e tecnológica dos países periféricos. Isso será discutido em maior profundidade no capítulo que se segue, com a análise da economia e da pauta de importações e exportações da Argentina.

3 FLUXOS DE COMÉRCIO ENTRE A ARGENTINA E O MUNDO

A República Argentina, objeto desse estudo, é um país localizado ao sul da América do Sul. Possui o segundo maior território e é o terceiro país mais populoso, dentre os países sul americanos. O país faz fronteira com Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e é banhado pelo Oceano Atlântico.

A Argentina é um membro efetivo do Mercosul, bloco econômico também composto pelo Brasil, Paraguai e Uruguai. Os objetivos gerais do bloco estão entre a criação de uma área de livre comércio, livre circulação de pessoas, uniformização das taxas de juros e uma união aduaneira. Devido à instabilidade política e econômica de alguns países membros, esses objetivos são frequentemente comprometidos.

O país participa também da ALADI, Associação Latino-Americana de Integração, que visa estabelecer acordos comerciais entre os países-membros, criar mecanismos de cooperação tecnológica e científica, redução de tarifas alfandegárias e o desenvolvimento social da região. Sendo assim, além de objetivos econômicos, a associação busca favorecer a integração social e tecnológica da América Latina.

Além destas, a Argentina é um país candidato a ingressar na OCDE, organização na qual os países membros realizam discussões sobre várias temáticas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais, educacionais e ambientais. Os governos dos países que participam da OCDE buscam compreender as mudanças econômicas, medir a produtividade e os fluxos mundiais de comércio, entre outras tendências.

Contudo, as relações comerciais da Argentina com o mundo vão além dos países membros das organizações econômicas das quais faz parte, tendo uma participação relevante nos fluxos comerciais com a China, Estados Unidos e Alemanha. Afim de entender os padrões comerciais estabelecidos pela Argentina com o mundo no período recente, é relevante considerar os fatores históricos que fazem parte da formação do país, apresentados a seguir.

3.1 Aspectos históricos

Fazendo uma breve análise histórica das relações comerciais da Argentina com o mundo, o país teve em sua formação econômica fenômenos semelhantes aos vivenciados pelos demais países latino americanos, tanto no que se refere ao seu passado marcado pela exploração

colonial, quanto nas relações comerciais estabelecidas com os países centrais, além dos acontecimentos políticos diferenciados que foram marcantes em cada país.

Com o predomínio das ideias liberais a partir do século XIX e as mudanças políticas resultantes desses princípios, transformações sociais aconteceram em diversas nações, bem como o desenvolvimento econômico dos países. Na América Latina, a Argentina e o Brasil se destacaram na adoção de novas políticas e conseqüentemente, no desenvolvimento de suas economias.

A formação econômica da Argentina é dividida pela literatura em quatro fases históricas. Na primeira fase, deduzida entre os séculos XVI e XVIII, a produção no país é voltada para o consumo interno e com baixos níveis de produtividade. A segunda fase, que ocorre na primeira metade do século XIX, é caracterizada pela expansão das relações comerciais do país com o resto do mundo devido à oferta de produtos derivados da criação de gado, nova atividade que predomina nesse período. Além disso, nessa fase há também o marco histórico da ruptura do país com a Espanha, com a declaração da Independência da Argentina (1810). (LENZ, 2000)

A terceira etapa se inicia no final do século XIX e representa a ascensão da economia argentina, sendo a pecuária a principal atividade propulsora do desenvolvimento econômico do país. A entrada de capital externo e o processo imigratório também foram variáveis relevantes para a inserção da Argentina nos fluxos de comércio internacional. A última etapa é marcada pelos impactos da crise de 1930, em que a economia argentina se qualifica como dependente dos processos industriais de outros países, em virtude da fragmentação internacional da produção. (LENZ, 2000)

A Argentina obtinha uma vantagem geográfica devido aos seus rios, que possibilitaram a formação de um polo de integração do país ao comércio de manufaturas com outros países. Tal fator se configurou em um atrativo para que outras nações estabelecessem alianças com a Argentina, em especial com a Grã-Bretanha, que tinha grandes interesses nos rios da região do Prata. A Inglaterra detinha a hegemonia através do domínio dos mares, portanto, os investimentos ingleses na Argentina foram estratégicos para o aumento do poderio marítimo inglês. Dessa forma, o comércio externo se configurou no principal fator propulsor do desenvolvimento da economia argentina para a fase primário-exportadora a partir de 1870, sendo a criação de gado a principal atividade que contribuiu para o crescimento econômico nesse período. (LENZ, 2000)

Entretanto, após algumas décadas, a grande depressão financeira comprometeu essa fase de desenvolvimento na economia argentina, com a ocorrência da primeira crise bancária no

país: em 1890, a dívida externa da Argentina era alta e os pagamentos não puderam mais ser adiados, ao mesmo tempo em que a transferência de fundos para o país foi interrompida. Apesar disso, no período seguinte, a história da economia argentina é marcada por uma nova fase de crescimento com as seguintes características:

A retomada do crescimento ocorreu no subperíodo 1900-1912 e teve como característica a propagação da produção do trigo por toda a Província de Buenos Aires, a retomada da construção de ferrovias interrompida durante a crise, as novas formas de congelamento e transporte da carne, e, na pecuária, o uso mais intensivo do fator trabalho, utilização de pastos artificiais e de plantação de forrageiras. [...] (LENZ, 2000, p. 134)

Com isso, o país aumentou os fluxos de comércio nacional, alcançando diferentes regiões conforme a malha ferroviária se expandia, e estabelecendo novas relações comerciais, além da formação de indústrias no setor agropecuário.

Portanto, nota-se que o surgimento da indústria na Argentina esteve relacionado, desde o seu início, às atividades primárias, sendo as principais o comércio de carnes, trigo, cana-de-açúcar e vinho. A expansão econômica experimentada pela Argentina nesse período que antecede a Primeira Guerra Mundial foi a maior na história do país, e o principal fator contribuinte dessa expansão foi o aumento dos fluxos internacionais do comércio, isto é, a capacidade do país de se adaptar e estabelecer relações comerciais com diferentes nações, transformando o país em um grande exportador de alimentos. Entretanto, esse fator trouxe também uma grande dependência da Argentina nas importações de bens de capital e combustíveis para o abastecimento da indústria nacional, e conseqüentemente levou à fragilidade da balança comercial do país ao longo dos anos seguintes até o período recente.

3.2 Fluxos comerciais Argentina e Brasil no período recente

A Argentina e o Brasil são as maiores economias do Mercosul e a relação entre esses dois países é muito importante para os fluxos comerciais do bloco econômico. Nos anos da década de 1970, o comércio entre Argentina e Brasil passou por uma expansão, impulsionada pelas vantagens advindas dos acordos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que buscava formar uma estrutura entre os governos regionais capaz de enfrentar o subdesenvolvimento. Nos anos de 1980, ambos os países adotaram políticas de ajustamento como estratégia para lidar com a crise financeira internacional. Tal medida restringiu a demanda

de produtos importados e resultou em queda do nível de atividade econômica, afetando o comércio bilateral entre Argentina e Brasil, além de interromper programas de desenvolvimento. (PLÁ, 1992)

Em vista disso, os dois países estabeleceram acordos de integração para retomar o nível de fluxos comerciais entre eles, até que houvesse uma nova expansão comercial no pós-crise, como reflexo da formação do Mercosul e conseqüente diminuição de barreiras comerciais.

No que se refere à dinâmica dos fluxos de comércio entre Argentina e Brasil, no início da década de 1990, houve uma tendência de crescimento do comércio inter-indústria, isto é, intercâmbio de produtos de setores diferentes, em relação ao comércio intra-indústria. Entretanto, nos anos finais da década, o cenário se inverteu, sendo o comércio de produtos dos mesmos setores mais expressivo. Portanto, diferentes padrões de comércio foram estabelecidos entre Argentina e Brasil por serem grandes economias e com diferentes possibilidades de integração industrial. Apesar do aumento dos fluxos comerciais entre os países membros do Mercosul, a integração entre as economias não foi tão intensa, sendo que as relações comerciais entre Argentina e Brasil se destacaram em relação ao fluxo reduzido entre Paraguai e Uruguai.

A relação bilateral Argentina-Brasil nos anos 90 atingiu seu auge em relação às últimas décadas. Entretanto, a desvalorização cambial enfrentada pelo Brasil e a recessão econômica na Argentina no início dos anos 2000 fez com que o intercâmbio comercial entre os dois países registrasse queda. A partir de então, a interdependência entre Argentina e Brasil diminuiu, com a balança comercial brasileira registrando superávits em relação à da Argentina, como reflexo do aumento dos preços das commodities. Com a crise internacional de 2008, os fluxos comerciais da Argentina com o Brasil tenderam ainda mais à redução.

O impacto das crises financeiras e econômicas sobre o nível de atividades comerciais entre os países fez com que barreiras comerciais e medidas de defesa fossem estabelecidas. Dessa forma, as relações comerciais entre Argentina e Brasil foram afetadas por diferentes medidas, com uma maior imposição de barreiras por parte da Argentina em relação às exportações brasileiras. (DE MACADAR, 2009)

Dessa forma, como estratégia para lidar com o crescente superávit comercial brasileiro, as medidas protecionistas da Argentina restringiram as importações de produtos do Brasil. Em 2011, aproximadamente 24% do total das exportações brasileiras para a Argentina foi alvo de barreiras comerciais, ou seja, quase um quarto do volume exportado. Dentre as justificativas apresentadas pela Argentina, o argumento no qual se apoiam se refere à necessidade de proteção da indústria nacional Argentina das assimetrias existentes em relação à indústria brasileira. (EXAME, 2011)

As negociações entre os governos argentino e brasileiro não foram bem-sucedidas em relação à redução das barreiras comerciais. Nesse sentido, em 2014 a Argentina registrou um superávit comercial em relação ao Brasil, depois de décadas de superávit da balança comercial brasileira na relação bilateral com o país vizinho. As principais causas desse saldo foram as medidas protecionistas impostas ao Brasil e a redução das importações de produtos brasileiros. Esse cenário causou controvérsias entre os governos dos dois países, com acusação por parte do Brasil de que seus produtos são substituídos por bens similares de outros países, principalmente da China. (OÑA, 2014)

Em vista da insatisfação do governo brasileiro em relação às medidas protecionistas argentinas, o Governo Kirchner propôs a redução de exportações brasileiras de produtos que concorriam diretamente com determinados setores da indústria argentina. Entretanto, apesar dos acordos comerciais estabelecidos, novas barreiras comerciais continuaram sendo elaboradas pela Argentina, mostrando a dificuldade de negociação no que se refere ao protecionismo argentino.

Conforme será apresentado na análise a seguir, a pauta exportadora da Argentina é predominante em *commodities* entre outros produtos resultantes da exploração de recursos naturais e de baixo valor agregado, enquanto as importações desse país estão concentradas em produtos industrializados. O aumento dos preços das *commodities* e a crescente demanda internacional por esses produtos favoreceu as exportações argentinas, ao mesmo tempo em que os acordos comerciais do Mercosul beneficiaram o mercado brasileiro de exportações de bens industriais. No entanto, dada a competitividade dos produtos chineses e a valorização do real frente ao dólar, as exportações brasileiras com destino a Argentina perderam relevância, dando espaço para a China e aumentando as tensões na relação bilateral com o país vizinho.

4 MÉTODO DE PROCEDIMENTO

Tendo como referência dados obtidos no UN COMTRADE, base de dados do comércio internacional do mundo, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), poderão ser calculados alguns índices que facilitarão o entendimento do padrão de comércio observado no país e a possível existência de vantagens comparativas. A classificação utilizada para formular a base de dados foi a *Standard International Trade Classification* (SITC), revisão 3 desagregada a três dígitos.

4.1 Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR)

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas foi desenvolvido por Balassa (1965) como uma medida de aprofundamento do comércio internacional. O indicador apresenta a comparação da estrutura de exportações de um determinado país com uma zona de referência geográfica. No presente trabalho, a zona de referência será o mercado mundial, ou seja, será feita uma comparação da estrutura das exportações da Argentina com o mercado mundial. O índice apresenta a seguinte fórmula:

$$(1) VCR_{ij} = \frac{X_{ij}/X_j}{X_i/X}$$

Em que, X_{ij} apontam as exportações do produto “i” pelo país “j”; X_i as exportações mundiais do produto “i”; X_j as exportações totais do país “j”; e, por fim, X as exportações mundiais totais. Assim, quando um país “j” possuir vantagens comparativas no setor “i” em relação à economia mundial, o VCR apresenta-se superior a 1 ($VCR > 1$), isto ocorre se o país “j” possuir uma parcela de mercado de exportações do setor “i” maior do que o conjunto de produtos exportados pelo mesmo no mercado mundial. Se o indicador for inferior a 1 ($VCR < 1$), o país não apresenta vantagens comparativas no setor “i”. No entanto, se o VCR for igual a 1 ($VCR = 1$) indica que a participação do país “j” nas exportações do setor “i” é igual à participação de todos os produtos exportados pelo país “j” nas exportações mundiais, de modo que não apresenta qualquer tipo de vantagens/desvantagens comparativas.

Os resultados apresentados por este índice visam demonstrar as vantagens relativas de custo de cada país acompanhadas ao seu padrão de especialização. Sendo assim, o VCR é uma

variável de resultado, na medida em que apresenta as vantagens relativas ao custo posteriormente, captando apenas os efeitos finais das mesmas sobre o comércio mundial.

4.2 *Market-share*

O índice de *Market-share* refere-se à parcela de mercado obtido pelo país, calculado em relação ao total exportado mundialmente. O índice serve para avaliar a força e as dificuldades de um país, além da aceitação dos seus produtos no mercado mundial. Tal índice é calculado através da seguinte fórmula:

$$(2) MS = \frac{X_{ij}}{X_i}$$

Em que, X_{ij} aponta as exportações do produto “i” no país “j” e X_i são as exportações mundiais do produto “i”.

4.3 Índice de Comércio Intra-Industrial

O índice de comércio Intra-Industrial ou Indicador de Grubel & Loyd é utilizado para calcular a intensidade do comércio intra-setorial, ou seja, o comércio de produtos de uma mesma origem industrial entre dois países. Este índice é obtido por meio do seguinte cálculo:

$$(3) GL_j = \frac{(X_j + M_j) - |X_j - M_j|}{(X_j + M_j)}$$

Onde, X_j é o total das exportações no país “j” e; M_j é o total das importações do país “j”.

No caso de comércio intra-industrial, o comércio não repousa só nas vantagens comparativas em autarquia, mas reflete a diferenciação do produto, as economias de escala, o gosto dos consumidores pela diferença e o efeito da publicidade etc.

5 ANÁLISE DE DADOS

Utilizando o cálculo dos indicadores expostos anteriormente, apresenta-se a seguir os resultados obtidos para os dados de exportações da Argentina para o Brasil e o mundo, e dos fluxos comerciais entre esses dois países, no período de 2010 a 2020, a fim de identificar a existência de padrões nesses fluxos de comércio e algumas de suas características mais marcantes.

5.1 *Market-share* da Argentina

A Tabela 1 apresenta as dez maiores médias de *market-share* das exportações da Argentina para o mundo entre 2010 e 2020.

Tabela 1 – As maiores médias de *market-share* das exportações mundiais da Argentina entre 2010 e 2020 (em %)

Produto	2010-2012	2013-2015	2016-2018	2018-2020
Milho (exceto milho doce), não moído	13,31	12,72	13,23	15,23
Alimentos para animais (exceto cereais não moídos)	15,24	14,74	13,61	11,37
Gorduras e óleos vegetais fixos, petróleo (refinado e fracionado)	15,83	12,48	11,96	10,51
Cevada, não moída	6,81	7,68	7,93	7,25
Trigo (incluindo espelta) e trigo com centeio, não moído	4,66	1,81	5,70	5,38
Carne de animais bovinos (fresca, refrigerada ou congelada)	2,89	2,16	3,11	5,10
Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos	2,46	2,67	4,06	4,30
Farináceos e farinha de trigo e de trigo com centeio	6,61	2,24	3,78	3,90
Sementes e frutas oleaginosas (exceto a farinha)	7,84	5,85	3,75	3,66
Lã e outras pelagens de animais	3,64	2,77	3,38	2,98

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMTRADE (2022).

Analisando os produtos apresentados, nota-se que a Argentina possui grande participação no mercado mundial com a exportação predominantemente composta por produtos do setor primário. Esse resultado demonstra a relevância da agricultura e da pecuária na pauta exportadora do país. Os produtos como o milho, a cevada e o trigo são matéria-prima para a produção de alimentos e outros produtos primários, bem como os óleos vegetais, farinhas,

farináceos e alimento animal, que são derivados do beneficiamento de cereais. Além desses, tem-se os produtos da pecuária, como a lã, destinada à indústria têxtil e a carne bovina, composto da indústria alimentícia, bem como os crustáceos e outros animais aquáticos.

Na classificação dos óleos vegetais e gorduras, encontra-se o petróleo, que é um produto primário, entretanto é um dos poucos produtos dentre as maiores médias de *market-share* da Argentina que não estão ligados à agricultura e pecuária.

5.2 *Market-share* do Brasil

Com relação ao *market-share* das exportações brasileiras, a Tabela 2 mostra as maiores médias desse indicador entre 2010 e 2020.

Tabela 2 – As maiores médias de *market-share* das exportações mundiais do Brasil entre 2010 e 2020 (em %)

Produto	2010-2012	2013-2015	2016-2018	2018-2020
Sementes e frutas oleaginosas (exceto a farinha)	23,04	29,46	34,27	37,05
Minérios de alumínio e concentrados (incluindo alumina)	16,71	16,61	22,28	23,48
Açúcar, melado e mel	33,60	27,23	27,28	22,37
Tabaco não manufaturado; refugo de tabaco	26,36	22,60	19,76	20,65
Minério de ferro e concentrados	26,92	22,29	20,53	19,71
Algodão	7,90	9,13	10,31	16,58
Milho (exceto milho doce), não moído	10,86	15,74	13,32	16,07
Celulose e resíduos de papel	10,63	12,19	14,23	15,53
Café e substitutos do café	19,40	16,84	14,12	14,42
Sucos de frutas e vegetais, não fermentados, sem álcool	15,55	14,44	14,95	14,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMTRADE (2022).

Os valores para o *market-share* das exportações totais do Brasil são expressivamente maiores do que o indicador para a Argentina, entretanto ao selecionar as dez maiores médias nota-se uma semelhança entre os produtos mais exportados pelos dois países. Óleo de sementes e frutas oleaginosas e milho são os produtos que aparecem nos resultados da análise do *market-share* para os dois países. Os demais produtos exportados pelo Brasil que possuem as maiores médias de *market-share* são predominantemente produtos primários, proveniente da agricultura

como no resultado da Argentina, mas produtos diferentes como açúcar, tabaco, algodão e café, produtos processados como suco de frutas e resíduos de papel. Dentre as exportações brasileiras tem-se também os produtos oriundos da mineração.

5.3 Índice VCR da Argentina

Para a análise das vantagens comparativas reveladas da Argentina, a Tabela 3 apresenta os maiores índices médios de VCR do país entre o período de 2010 a 2020.

Tabela 3 – Os maiores índices médios de VCR da Argentina entre 2010 e 2020 (em %)

Produto	2010-2012	2013-2015	2016-2018	2018-2020
Milho (exceto milho doce), não moído	27,98	32,12	36,54	43,30
Alimentos para animais (exceto cereais não moídos)	32,03	37,70	37,51	32,32
Gorduras e óleos vegetais fixos, petróleo (refinado e fracionado)	33,24	31,94	32,91	29,89
Cevada, não moída	14,38	19,27	21,79	20,54
Trigo (incluindo espelta) e trigo com centeio, não moído	9,81	4,70	15,82	15,27
Carne de animais bovinos (fresca, refrigerada ou congelada)	6,07	5,50	8,67	14,47
Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos	5,16	6,82	11,33	12,27
Farináceos e farinha de trigo e de trigo com centeio	13,88	5,85	10,45	11,10
Sementes e frutas oleaginosas (exceto a farinha)	16,43	15,02	10,21	10,29
Lã e outras pelagens de animais	7,65	7,06	9,32	8,43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMTRADE (2022).

A Argentina possui os maiores índices VCR para *commodities*, fator que explica umas das razões para as maiores médias de *market-share* das exportações argentinas. O país tem vantagens comparativas principalmente na produção de milho, alimento para animais e gorduras e óleos vegetais, em que o indicador é bem superior aos demais selecionados.

Considerando as dez maiores médias para esse indicador, o VCR das exportações de nenhum desses produtos selecionados aproximou-se de 1 ou menos, ou seja, em todos os produtos da Tabela 3 a Argentina tem vantagens comparativas.

5.4 Índice VCR do Brasil

No que se refere às vantagens comparativas reveladas das exportações brasileiras, a Tabela 4 mostra as maiores médias no período analisado.

Tabela 4 – Os maiores índices médios de VCR do Brasil entre 2010 e 2020 (em %)

Produto	2010-2012	2013-2015	2016-2018	2018-2020
Sementes e frutas oleaginosas (exceto a farinha)	16,13	23,58	26,94	28,84
Minérios de alumínio e concentrados (incluindo alumina)	11,70	13,33	17,53	18,30
Açúcar, melação e mel	23,55	21,74	21,60	17,41
Tabaco não manufaturado; refugo de tabaco	18,48	18,02	15,61	16,09
Minério de ferro e concentrados	18,86	17,80	16,18	15,35
Algodão	5,54	7,37	8,16	12,93
Milho (exceto milho doce), não moído	7,65	12,58	10,50	12,54
Celulose e resíduos de papel	7,46	9,77	11,23	12,10
Café e substitutos do café	13,58	13,49	11,18	11,23
Sucos de frutas e vegetais, não fermentados, sem álcool	10,90	11,54	11,81	11,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMTRADE (2022).

Assim como na análise do índice VCR da Argentina, para o Brasil temos um resultado semelhante em que as vantagens comparativas reveladas são maioritariamente para *commodities* e outros produtos primários.

5.5 Índice de Comércio Intra-Industrial

Analisando o Índice de Comércio Intra-Industrial, a Tabela 5 apresenta os resultados desse indicador para os fluxos de comércio entre a Argentina e o Brasil.

Tabela 5 – ICII entre Argentina e Brasil entre 2010 e 2020

Produto	2010-2012	2013-2015	2016-2018	2018-2020
Instrumentos e aparelhos para medicina	0,86	0,85	0,89	0,94
Rolamentos de esferas ou rolos	0,69	0,68	0,84	0,92
Motores de pistão de combustão interna, peças	0,37	0,71	0,93	0,91
Armas e munições	0,34	0,54	0,46	0,90
Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários)	0,96	0,94	0,85	0,86
Outros não eletrônicos, máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	0,74	0,80	0,79	0,86
Couro	0,60	0,53	0,80	0,85
Produtos medicinais e farmacêuticos	0,80	0,93	0,92	0,83
Compostos organo-inorgânicos, heterocíclicos, ácidos nucleicos	0,68	0,65	0,79	0,81
Inseticidas e produtos similares, para venda de varejo	0,85	0,60	0,79	0,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMTRADE (2022).

Os valores apresentados na Tabela 5 são os maiores ICII entre Argentina e Brasil e mostram quais são os produtos em que os fluxos de comércio entre os dois países tendem a ser intra-industrial. Visto que os dois países possuem vantagens comparativas e *market-share* semelhantes, predominantemente em *commodities* e outros produtos primários, nota-se que os índices de comércio intra-industrial entre Argentina e Brasil são maiores para produtos industrializados de maior intensidade tecnológica como medicamentos, armas e munições, máquinas e equipamentos, inseticidas e similares, com exceção do couro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho permite analisar a dinâmica dos fluxos de comércio mundiais e seus reflexos nas relações internacionais. A comercialização entre os países foi um fator propulsor do fenômeno da globalização e também da formação de cadeias globais de valor nos processos produtivos das diferentes economias. Além disso, o poder de competição no comércio internacional e nas vantagens comparativas reflete diretamente no desenvolvimento econômico de uma nação.

Nesse sentido, o trabalho evidencia a existência de padrões de comércio da Argentina com o mundo, bem como nas relações comerciais com o Brasil, país escolhido como foco para a análise comparativa. Tais padrões puderam ser identificados com base nos resultados dos indicadores apresentados, com os quais pode-se apreciar que a participação da Argentina nos fluxos de comércio internacional é marcada por produtos intensivos em recursos naturais, sendo a agricultura e a pecuária os setores mais relevantes na pauta exportadora do país. Sendo assim, a economia argentina possui vantagens comparativas no comércio internacional de *commodities*, o que torna o país um grande exportador de alimentos. Entretanto, nota-se a dependência da Argentina nas importações de bens de capital e consequente fragilidade da balança comercial do país.

A mesma análise foi realizada para o Brasil, o principal parceiro comercial da Argentina, a fim de apontar as características dos fluxos comerciais mundiais dos dois países. Nota-se a existência de padrões de comércio internacionais entre Argentina e Brasil, com semelhanças nos índices de *market-share* e vantagens comparativas reveladas para *commodities* e outros produtos do setor primário. Contudo, a relação bilateral entre os países é marcada por fases de aumento do volume de fluxos comerciais e subsequente redução, com momentos de superávit comercial ora de um lado, ora do outro, e negociações insatisfatórias no que tange a acordos e barreiras comerciais impostas.

Quanto a fragilidade da balança comercial do país, uma estratégia para aumentar a competitividade da Argentina no comércio mundial e reduzir tal fragilidade seria o apoio financeiro por parte do governo para as exportações e a internacionalização das empresas. São fatores relevantes para o crescimento econômico, pois promove o surgimento de ganhos de escala, competitividade e geração de divisas para o país.

Para isso, a governança da política de comércio exterior do país precisa elaborar políticas públicas que visam atrair investimentos externos, além de reduzir os entraves para o comércio exterior, a fim de atender ao máximo a demanda externa. Outra estratégia seria a

revisão de determinadas normas impostas aos processos de importação do país, que atrasam a entrada de insumos necessários para o abastecimento da indústria nacional argentina, pois há insumos que não podem ser substituídos pela produção nacional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL. Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe 2019. Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44940-perspectivas-comercio-internacional-america-latina-caribe-2019-o-contexto>>. Acesso em 27 mar 2021.

COUTINHO, Eduardo Senra *et al.* De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out. 2005.

DE MACADAR, Beky Moron B. As relações comerciais Brasil-Argentina: evolução recente. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 37, n. 2, 2009.

EXAME. Argentina aumenta barreiras comerciais contra o Brasil. **Exame**, 2011. Disponível em: <https://exame.com/mundo/argentina-aumenta-barreiras-comerciais-contra-o-brasil/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

FAJNZYLBBER, Fernando. Inserción internacional e innovación institucional. Cepal, Santiago, v. 44, p.149-178, ago. 1991. <https://doi.org/10.18356/9e7643c9-es>

FERREIRA, Monaliza de Oliveira *et al.* Padrões de comércio internacional e competitividade do setor de vestuários no nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 9-23, abr. 2020.

GUIMARÃES, Edson Peterli. Evolução das teorias de comércio internacional. Curso de Pós-Graduação em Comércio Exterior MBA/E ECEX-UFRJ. Instituto de Economia da UFRJ: Estudos em Comércio Exterior, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jan. 1997.

HERMIDA, Camila do Carmo; XAVIER, Clésio Lourenço; SILVA, Guilherme Jonas Costa da. Fragmentação Internacional da Produção, Cadeias Globais de Valor e Crescimento Econômico: Uma Abordagem Empírica. Uberlândia, 2018. 20 p.

JACQUINET, M. **Introdução à globalização e internacionalização das empresas comerciais.** Disponível em <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8853/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20empresas%20comerciais%20%28e%20n%C3%A3o%20s%C3%B3%20e%20%29.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2022.

PLÁ, Juan Algorta. O Comércio Brasil-Argentina: Tendências observadas nos últimos 20 anos. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 1, p. 158-174, 1992.

KUME, Honório; PIANE, Guida; SOUZA, CFB. **A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Abertura_completo.pdf> Acesso em 01 jul. 2022.

LENZ, Maria Heloisa. Auge e início do declínio da economia argentina. **Análise Econômica**, v. 18, n. 33, 2000. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25321>>. Acesso em 21 jul. 2022. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10648>

MACHADO, Danniell Lafetá. A Qualificação da Mão-de-Obra no Comércio Internacional Brasileiro: um Teste do Teorema de Heckscher-Ohlin. 1995. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

MANDENG, Ousmène Jacques. Competitividad internacional y especialización. *Cepal*, Santiago, v. 45, p.25-42, dez. 1991. <https://doi.org/10.18356/091b9e1e-es>

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas S.a, 2003. 131 p. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MIRANDOLA, Carlos Maurício Zakata. **Globalização financeira e integração dos mercados Financeiros Nacionais**. Dissertação (Doutorado), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

NERY, Tiago. A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Cap. 2. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=5213@1>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. Exportações e inovação: uma análise para América Latina e Sul-Sudeste da Ásia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 1, p.120-145, mar. 2013. Trimestral. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000100007>

OECD. The Observatory of Economic Complexity. Argentina. Disponível em <<https://oec.world/pt/profile/country/arg/>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

OÑA, Alcadio. Brasil: preso às barreiras comerciais da Argentina. **Clarín**, 2014. Disponível em: <https://www.clarin.com/br/Brasil-presos-barreiras-comerciais-Argentina_0_BJ_K7qP5vmx.html>. Acesso em: 03 dez. 2022.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 7, n. 8, 2020. Disponível em <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/1935>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

PÉREZ, Carlota. Dinamismo tecnológico e inclusión social en América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada en los recursos naturales. **Cepal**, Santiago, v. 100, p.123-145, abr. 2010. <https://doi.org/10.18356/0b1cb6b0-es>

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Cepal**, Santiago, p.1-64, ([1949] 2012).

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Deterioração dos termos de troca e industrialização protegida: o pioneirismo de Simonsen. **Geosul**, v. 35, n. 74, p. 106-131, 2020. <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v35n74p106>

TREMEA, Nádia Jacqueline Coelho; CONSOLMAGNO, Bruna Maria Rodrigues; MACHOSKI, Eduarda. Relações comerciais do Brasil e da Argentina no MERCOSUL. **Revista ADMPG**, v. 7, n. 1, 2014.

VARELLA, Sérgio Ramalho Dantas; Medeiros, Jeffersson Bruno Soares; SILVA JÚNIOR, Mauro Thomáz. O desenvolvimento da teoria da inovação Schumpeteriana. **XXXII Encontro Nacional de Engenharia de produção**. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012.

WBG. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2020: O comércio para o desenvolvimento na era das cadeias globais de valor. Disponível em <<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020>>. Acesso em 03 abr 2021.

WTO. WTO trade indicator points to slower trade growth into first quarter of 2019. Disponível em <https://www.wto.org/spanish/news_s/news19_s/wtoi_19feb19_s.htm>. Acesso em 27 mar 2021.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento. Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI. IPEA, Brasília, n. 18, p. 74-92, Set/Dez 2014. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24711&Itemid=4>. Acesso em: 03 abr. 2021.